

Para comemorar os 10 anos da Agenda, a equipa responsável pela edição de 1998/99, deu um contributo para uma história concisa da APM, através da voz dos seus Presidentes. Pela sua relevância vão ser republicados esses depoimentos, alguns deles comentados pelos autores, à luz dos desafios actuais.

Revisitar o passado e projectar o futuro

Os 20 anos da APM no EM



Ter um espaço onde fosse possível *fa-lar* Matemática, partilhar ideias, discutir inquietações era, desde há muito, um sonho acalentado por alguns professores.

Após várias tentativas pontuais, sem êxito diga-se de passagem, como

por exemplo a criação dos Núcleos de Investigação Matemática, surge em 84 um minicurso organizado pelo Departamento de Educação da Faculdade de Ciências aberto a professores de TODOS os graus de ensino (a Universidade aberta a TODOS? Nem queríamos acreditar !...).

Quando, no ano seguinte, no encontro de professores realizado em Agronomia, foi lançada a ideia de criar uma associação, a adesão imediata e entusiasta dos colegas presentes desencadeou uma dinâmica imparável.

E foi assim que, no decorrer da Assembleia Geral do ProfMat (Portalegre 86), se constituiu por unanimidade e aclamação a Associação de Professores de Matemática. O nosso sonho tornou-se realidade.

Em pouco tempo, a APM legalizou-se, saíu o primeiro número da revista, realizou-se o Seminário de Vila Nova de Milfontes sobre a renova-

ção do currículo da Matemática, começaram a surgir os primeiros núcleos regionais. De então para cá, a *bola de neve* não tem parado de crescer! A APM foi e será um *marco* no panorama do ensino-aprendizagem da Matemática em Portugal.

Gostaria de deixar aqui algumas questões:

- O que é importante SABER no próximo milénio?
- O que deve a escola *ensinar* aos alunos?
- Que desafios para a APM?

Que sejamos capazes de construir a Escola como espaço de prazer onde *aprender a aprender* crie condições propícias à cidadania é, sem dúvida, um bonito sonho que num futuro próximo todos nós gostaríamos de ver concretizado.

Leonor Filipe, sócia nº 1
Presidente da APM — 1986/88

1988/1989: o estilo APM num ambiente de reforma



No seu terceiro ano de vida, a APM começava a crescer de um modo que talvez não se imaginasse tão rápido.

Em 1989, quase 500 novos professores elevavam o número de sócios para cerca de 1600. O ProfMat de Viana do Castelo atingia o meio milhar de participantes e, pela primeira vez, tinha quatro dias de duração e decorria em tempo de aulas. Iniciativas locais começavam a ganhar consistência: em 1989 tem lugar o 1º AlgarMat, o mais antigo encontro anual de âmbito regional. Uma revisão rápida dos números da *Educação e Matemática* e das publicações APM da época mostra que alguns temas fortes eram a resolução de problemas, a geometria, as calculadoras, as aplicações da Matemática.

Vivia-se uma época de reforma. Os documentos base eram conhecidos, os primeiros projectos dos novos programas começavam a aparecer. É muito

interessante verificar, hoje, que a APM combinava, desde a sua fundação, duas características fortes: uma actividade intensa que envolvia cada vez mais professores; e uma preocupação central de reflexão sobre as finalidades do ensino da Matemática e a natureza das actividades de aprendizagem. No ProfMat 89, os grupos de trabalho temáticos, as comunicações e as sessões práticas eram particularmente valorizadas, e a Abertura à População surgia pela primeira vez. Mas, ao mesmo tempo, no espírito do seminário de Milfontes de 1988, a coerência da reforma curricular estava no centro das preocupações. Em Abril de 1988 (há 10 anos!), a Direcção da APM advertia que, embora defendendo desde sempre a profunda renovação do ensino da Matemática,

“um trabalho sério e profundo exige tempo, para que (...) os resultados dos processos experimentais sejam devidamente considerados (...) e para que os professores assumam a sua própria formação no quadro do seu envolvimento directo em todo o processo”. E um ano mais tarde, num parecer sobre os primeiros projectos de novos programas para o ensino básico, sublinhava que “um programa de Matemática, hoje,

não deve ser nem correr o risco de ser interpretado essencialmente como uma lista de matérias a dar”, devendo por isso ser claro a respeito dos objectivos prioritários, da natureza das actividades matemáticas e da diversidade das formas de trabalho a desenvolver. A integração de objectivos, conteúdos e métodos era uma recomendação fundamental, assim como a ideia de que um programa deve ser “flexível e liber-

tador”, assumindo-se que o progresso “não resulta directamente do texto do programa mas sim da qualidade de factores como a formação dos professores ou as condições de ensino”.

A actualidade destas preocupações é bem evidente!

Paulo Abrantes, sócio nº 2
Presidente da APM — 1988/89

Em tempos de reforma educativa



O meu mandato como elemento da direcção da APM correspondeu ao triénio 1988/89 — 1990/91, tendo sido presidente em 1989/90.

Discutia-se e preparava-se a reforma educativa. O tema de discussão relativamente ao ensino da Matemática nessa época tinha a ver com as novas propostas curriculares, que estavam a ser elaboradas por equipas nomeadas pelo Ministério da Educação.

A APM tinha realizado em 1988 o seminário de Vila Nova de Milfontes sobre a Renovação do Currículo de Matemática (APM, 1988), que deu origem a uma publicação com o mesmo nome que foi publicada pela Comissão da Reforma. As equipas encarregues de elaborar os novos programas decidiram solicitar pareceres a diversas entidades, designadamente à APM. Também nos ProfMat (em especial nos de 1989 e 1990) foram proporcionados

vários momentos de análise e discussão dos referidos projectos com os autores dos mesmos.

A direcção da APM elaborou em 1990 um parecer sobre os projectos de programa para o 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico onde, reconhecendo aspectos inovadores dos novos projectos relativamente aos anteriores programas, eram referidas algumas críticas, que me parece serem hoje (oito anos depois) da maior relevância. Entre elas, destaco: a ênfase que nos projectos de programa era dada aos conteúdos (assuntos matemáticos) e aos objectivos específicos; o papel pouco relevante que era atribuído às tecnologias nomeadamente às calculadoras e aos computadores; o pouco relevado às relações da Matemática com as outras disciplinas e com o mundo real.

Afirmava-se ainda, neste parecer, que “os actuais projectos não constituirão um instrumento, útil e claro, nas mãos dos professores” (p. 15). Constata-se hoje que os programas têm leituras diferentes conforme quem os lê e que a sua implementação não pode ser considerada um sucesso.

A discussão e reflexão que foi feita naquele período relativamente aos projectos de programa parece manter-se actual no que diz respeito ao estado do ensino da Matemática.

Referências

APM (1988). *Renovação do currículo de Matemática*. Lisboa: APM.

APM (1990). *Parecer relativo aos projectos de programas de Matemática para os 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico*. Lisboa: APM.

Relendo o texto acima, em Março de 2006, constato com alguma perplexidade que a situação do ensino e aprendizagem da Matemática continua a estar na ordem do dia e não por boas razões. Em termos curriculares houve o Projecto de gestão flexível do currículo em que muitas escolas e professores investiram bastante e depositaram expectativas. Na sequência deste projecto foi publicado o Currículo Nacional do Ensino Básico em 2001, mas mais uma vez não constituiu um instrumento útil e claro na mão dos professores. Antes pelo contrário, foi criticado por uns e ignorado por outros não tendo havido da parte das autoridades educativas que se seguiram nenhum esforço para que os agentes educativos e, nomeadamente os professores se apropriassem dos princípios subjacentes ao mesmo. Continuámos 15 anos depois a ter como referência os programas definidos em 1990 e 1991, que, em alguns aspectos, são difíceis de compatibilizar com os definidos no Currículo nacional.

Lurdes Serrazina, sócio nº 101
Presidente da APM — 1989/90